



## O México na Aliança do Pacífico

Beatriz Walid de Magalhães Naddi

Mestranda em Integração da América Latina (PROLAM/USP)

bwnaddi@usp.br

### Resumo

O regionalismo é uma das estratégias possíveis de atuação dos Estados frente ao sistema internacional, e a Aliança do Pacífico se enquadra nisso. Sendo o México uma potência regional e a economia mais importante do bloco, este artigo tem como objetivo analisar o interesse mexicano na Aliança, levando-se em consideração tanto sua estratégia de inserção internacional quanto seus atores domésticos. Para isso, primeiramente, traça-se o histórico do bloco e da atuação sistêmica do México. Posteriormente, observa-se o posicionamento dos atores nacionais: a oposição, o empresariado e a opinião pública. Ao final, verifica-se, não só o apoio, mas o protagonismo do empresariado mexicano na Aliança do Pacífico.

Palavras-chave: Aliança do Pacífico, empresariado, México, opinião pública, oposição.

### Abstract

Regionalism is one of the possible State's strategies in the international system, thus the Pacific Alliance is one more of these strategies. Being Mexico a regional power and the largest economy in the bloc, this article aims to analyze the Mexican interest in the Alliance, taking into account its international insertion strategy and its domestic actors. First, it is traced the history of the bloc and the systemic performance of Mexico. Later, it is analyzed the positioning of national actors: the opposition, the business community and the public opinion. Finally, it is showed, not only the support, but the leading role of Mexican entrepreneurial class in relation to Pacific Alliance.

Keywords: Pacific Alliance, entrepreneurial class, Mexico, opposition, public opinion.

### Introdução

Com o fim da Guerra Fria, o sistema mundial, que antes se desenvolvia pela lógica bipolar, passou a agir no contexto multipolar. Paralelamente, os avanços tecnológicos no transporte e na comunicação geraram o que conhecemos hoje como globalização, fenômeno que se caracteriza pela intensificação das relações



globais. Neste contexto, os Estados nacionais passaram a se organizar em blocos de forma a melhor atingir seus interesses, sejam eles políticos ou econômicos.

Dentro deste cenário, o México não foi diferente. A partir de sua entrada no *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT) em 1986, o Estado mexicano passou a firmar diversos acordos regionais, sendo o mais importante deles o *North American Free Trade Agreement* (NAFTA). Contudo, com a intensificação da força de atração dos Estados Unidos (EUA) a partir de tal acordo, o México passou quase duas décadas afastado dos processos de integração da América Latina, até a criação da Aliança do Pacífico.

Este artigo tem, portanto, o objetivo de explorar a posição e os interesses mexicanos frente a Aliança do Pacífico, analisando-se tanto sua inserção internacional quanto de seus atores domésticos. Para isso, em um primeiro momento é realizada uma breve descrição da Aliança do Pacífico. Depois, descreve-se a inserção mexicana no sistema internacional e no bloco. Ao final, desenvolvem-se três capítulos os quais buscam abordar a argumentação da oposição mexicana frente ao bloco, o posicionamento do setor empresarial mexicano e, por fim, a opinião pública, levando-se em consideração periódicos e uma pesquisa de opinião com a população e o empresariado.

## **A Aliança do Pacífico**

A Aliança do Pacífico é um bloco de integração regional criado em 2011 e institucionalizado em 2012, tendo como membros Chile, Colômbia, México e Peru. Dentre seus objetivos estão: a) construir uma área de integração profunda em prol da livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas; b) impulsionar um maior crescimento, desenvolvimento e competitividade das economias parte, em vista a alcançar um maior bem-estar, a superação da desigualdade socioeconômica e a inclusão social de seus habitantes; e c) converter-se em uma plataforma de articulação política, de integração econômica e comercial, e de projeção ao mundo, em especial à Ásia-Pacífico (ALIANZA DEL PACÍFICO, 2012a, p. 4).

De maneira geral, a Aliança do Pacífico não teve nenhum custo para seus membros, a medida que mantêm suas estratégias de inserção internacional baseadas no regionalismo aberto (SERRANO, GALARRETA, 2013, p. 20-21). A homogeneidade do bloco, seja ela política ou econômica, é destacada por alguns índices de caráter ortodoxo e liberal como os seguintes: a) o constante crescimento do Produto Interno



Bruto (PIB); b) a baixa inflação; c) o Índice de Liberdade Econômica (ILE); d) o clima para negócios; e e) a produtividade<sup>1</sup> (ARAÚJO, 2015, p. 4-15; ESTÉVEZ, 2014; GEORGE, 2014; ARÉVALO, 2013).

Seus maiores avanços estão relacionados ao comércio e investimentos. Um exemplo é o Mercado Integrado Latino-Americano (MILA), que apesar de ser anterior à Aliança (acordado em 2009 e iniciado oficialmente em 2011), representa o maior mercado de ações da América Latina, seja em valor de capitalização, seja em número de ações<sup>2</sup> (ARAÚJO, 2015, p. 1; MILA, 2016). Comercialmente, um importante avanço foi a implementação da Certificação de Origem Eletrônica, a qual permite o envio de um único documento eletrônico, a uma única entidade, para cumprir todos requerimentos do processo de importação no bloco (BANGUERA, 2014, p. 32-35).

Além disso, mais recentemente, foi ratificado o Protocolo Adicional do Acordo Marco em maio de 2016, no qual 92% das tarifas alfandegárias intra-bloco foram desgravadas e até 2030 todos os produtos poderão circular livremente. Contudo, como aponta Oliveira (2015, p. 106), este fato teve um caráter mais simbólico do que prático, a medida que, em função de acordos bilaterais prévios, a desgravação tarifária entre os membros da Aliança do Pacífico já alcançava, em média, 90% de seus produtos.

Outra crítica está relacionada à baixa complementariedade entre suas economias, por serem pouco diversificadas e focadas em commodities, principalmente no setor agropecuário (VIANA, GONZALES-PEREZ & RODRÍGUEZ-RÍOS, 2013, p. 12-13). Desta forma, o comércio intrarregional é extremamente baixo, como demonstra o Índice de Grubel e Lloyd (IGL), sendo consideradas significativas somente três relações comerciais na América Latina: Argentina e Brasil, Brasil e México e Colômbia e Peru (CEPAL, 2014, p. 46-47).

Ademais, a Aliança do Pacífico sofre críticas políticas, sendo apontada como um projeto de projeção estadunidense na região (PADULA, 2013, p. 34-36, 44; MENEZES, 2014, p. 90). De acordo com Padula (2013, p. 34-37), a influência estadunidense na região passa historicamente pela Doutrina Monroe, a tentativa da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), sua presença militar, o Plano Colômbia, o Acordo Andino

---

<sup>1</sup> A média de crescimento do PIB de seus membros entre 2011 e 2015 foi de 4% (CEPAL, 2016). Quanto à inflação, a média total da variação de preços ao consumidor entre 2010 e 2015 dos membros do bloco é de 3,4% (CEPAL, 2016). Segundo o ILE, os Estados-membros da AP estão entre os cinco mais bem posicionados da América Latina (HERITAGE, 2016). Segundo o ranking elaborado pelo Fórum Econômico Mundial, seus membros estão entre as sete economias latino-americanas mais competitivas (SCHWAB, 2015, p. XV). Já de acordo com o ranking *Doing Business* do Banco Mundial, o qual avalia a regulação nacional para firmas, os membros da Aliança são os mais bem colocados da América Latina (WORLD BANK, 2015, p. 5).

<sup>2</sup> Vale destacar, no entanto, que no MILA não há uma fusão das bolsas, mas sim uma adequação e harmonização da regulação, mantendo a autonomia e a independência regulatória (REGGIARDO, 2015, p. 42).



de Promoção do Comércio e Erradicação das Drogas, até a disputa por espaço com a China; sendo a Aliança do Pacífico, portanto, sua nova estratégia.

Independente disso, é consenso que a Aliança do Pacífico apresentou-se como uma novidade na região, a medida que as iniciativas de integração latino-americanas têm sido desenvolvidas sob um paradigma mais político e endógeno, como por exemplo na criação da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA), da União de Nações Sul-americanas (UNASUL), da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e na reformulação do Mercado Comum do Sul (Mercosul) a partir do Consenso de Buenos Aires (BERNAL-MEZA, 2013, 2015).

Ao se analisar a Aliança no âmbito internacional, verifica-se que o bloco faz parte de um conjunto de diversas iniciativas que têm sido levadas a cabo por países que, como os membros do bloco latino-americano, buscam reverter o cenário de crise econômica mundial e o estancamento da Rodada de Doha pela via de acordos comerciais. Dentre tais iniciativas estão o *Trans-Pacific Partnership (TPP)* e o *Transatlantic Trade and Investment Partnership (TTIP)*<sup>3</sup>, ambos liderados pelos EUA e com o intuito de liberalizar mercado e investimentos, regulando aspectos que vão além dos negociados no âmbito multilateral da OMC (FOXLEY & MELLER, 2014, p. 45-46; JÍMENEZ, 2015, p. 138, 142-144; PADULA, 2013, p. 40-42)<sup>4</sup>.

## **O México na inserção internacional**

Segunda maior economia da América Latina e décima quinta mundial, com um PIB de US\$ 1.206 trilhões (2015), o México ressalta-se no cenário econômico regional e internacional também por desempenhar um importante papel geopolítico, dada sua localização entre os oceanos Atlântico e Pacífico e entre a América Latina e a América do Norte, que lhe proporciona oportunidades ímpares de inserção comercial e influência política (CEPAL, 2016).

---

<sup>3</sup> O TPP contempla: Singapura, Brunei, Nova Zelândia, Chile, EUA, Austrália, Peru, Vietnã, Malásia, México, Canadá e Japão. O TTIP inclui os EUA e a União Europeia.

<sup>4</sup> Em contraposição a estes dois blocos liderados pelos EUA está a atuação da China dentro da *Association of Southeast Asian Nations (ASEAN) + 3* e na proposta do *Regional Comprehensive Economic Partnership (RCEP)* (ARANDA, 2014; CEPAL, 2014, p. 23-25; JÍMENEZ, 2015, p. 144)



Frente aos abalos macroeconômicos sofridos durante a década de 1980<sup>5</sup>, o México mudou sua estratégia econômica, antes baseada na postura desenvolvimentista<sup>6</sup>, e passou a investir no crescimento via comércio exterior (BERNAL-MEZA, 2007; CEPIK, JORNADA, BORBA, 2012; MOSTAFA, 2009). Como representação da nova estratégia de inserção internacional mexicana no período neoliberal, tem-se a criação do NAFTA em 1994, o qual representou ao México a concretização da mudança de paradigma de crescimento (HERNÁNDEZ, 2010). Contudo, dar-se-ia a partir daí um profundo atrelamento do México aos EUA<sup>7</sup>, tornando o primeiro dependente do crescimento e estabilidade do segundo (MORALES, 2006).<sup>8</sup>

Ao analisar-se a porcentagem da distribuição das exportações mexicanas por região, verifica-se que, entre 1993 e 2015, as exportações destinadas à América do Norte representam, em média, 86% do total (INEGI, 2016). Em relação às importações, observa-se que a participação da América do Norte (média de 62%) vem em queda em contraposição à ascendência das importações asiáticas (INEGI, 2016), o que, de acordo com Hernández (2010), reflete o aumento da presença de empresas chinesas em território mexicano, a medida que este se tornou uma plataforma de exportação aos EUA para empresas de todo o mundo. Paralelamente a tal estratégia de inserção internacional pautada no NAFTA, o México assinou diversos outros tratados comerciais, alcançando 23 países e 8 blocos, com destaque à América Latina, Europa e Ásia (SRE, 2015).

No que tange, especificamente, a Aliança do Pacífico para o México, este bloco é uma afirmação regional de sua estratégia de inserção mundial pautada na liberalização de mercados. Ao analisar-se as trocas comerciais até então do México frente a seus parceiros do bloco, a baixa intensidade tanto das importações como das exportações chama atenção (Gráfico 1), a medida que a Aliança do Pacífico representa apenas 1,9% do total das exportações e 0,8% do total das importações no ano de 2015.

---

<sup>5</sup> Frente ao aumento da taxa de juros dos EUA e à Segunda Crise do Petróleo ao final da década de 1970, houve uma drástica deterioração da dívida externa mexicana, impossibilitando este de cumprir suas obrigações com os credores, até a declaração de moratória em 1982 (MALDONADO, 2012).

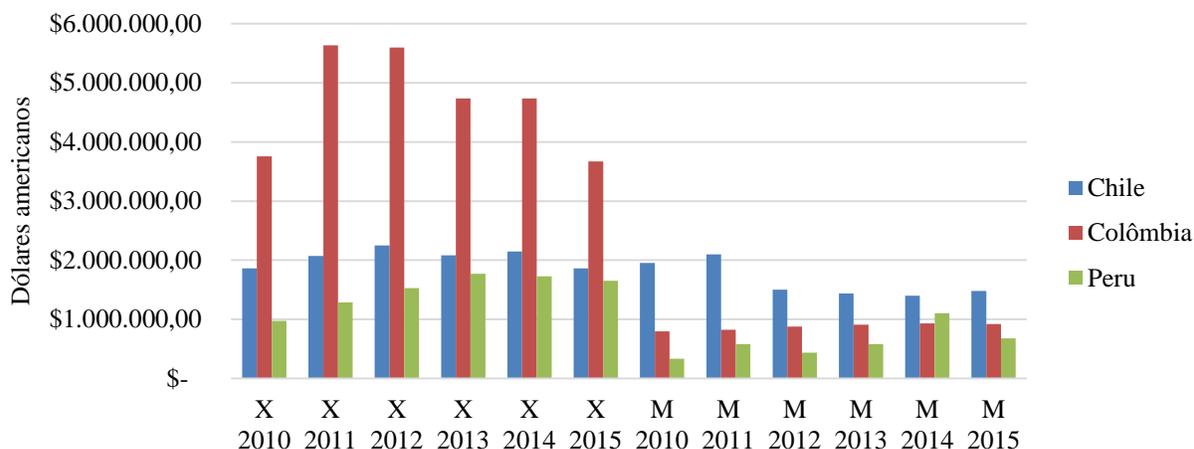
<sup>6</sup> O Estado desenvolvimentista é definido como o Estado que, por meio do forte investimento em infraestrutura e na industrialização, busca atingir o crescimento econômico interno aliado a uma maior autonomia internacional (CERVO, 2002).

<sup>7</sup> A postura dos governos mexicanos frente aos EUA pode ser considerada como de *acomplamiento*, que se define como o acompanhamento aos interesses estratégicos vitais estadunidenses (defendendo-se o status quo), sejam eles regionais ou internacionais (RUSSEL e TOKATLIAN, 2009).

<sup>8</sup> Esta relação estaria pautada sob a conceituação de Nye (2009) de interdependência assimétrica, que se caracteriza na distribuição não equitativa da dependência entre os atores, sendo esta uma constante na relação centro-periferia.



Gráfico 1: Exportações (X) e Importações (M) México - Aliança do Pacífico (2010-2015)



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados do INEGI (2016) < <http://www.inegi.org.mx/sistemas/bie> >

De qualquer forma, a partir de uma análise dos fluxos bilaterais de comércio do México com os demais países do bloco realizada por Ortiz (2015, p. 50-52), observou-se diferenças significativas entre o comércio potencial e o efetivo, o que indica que tanto suas exportações como suas importações poderiam ser beneficiadas, principalmente em relação à Colômbia e Peru, com os quais há um menor grau de integração econômica.

Observa-se, portanto, que o século XXI vem apresentando ao México três grandes desafios internacionais e regionais: a dependência econômica aos EUA – que compromete sua estabilidade –, o crescimento da região Ásia-Pacífico como maior centro dinâmico e sua não participação na integração latino-americana recente. Desta forma, a presença do México na Aliança do Pacífico pode ser compreendida como uma tentativa de retomar um papel mais ativo e até de liderança no regionalismo latino-americano<sup>9</sup>, diversificando suas relações e buscando integrar-se de maneira mais efetiva ao mercado asiático (SERRANO, GALARRETA, 2013, p. 22; ARANDA, 2014, p. 571; BARTESAGHI, 2014, p. 53-54; BILBAO & FLORES, 2015, p. 64.).

## Posicionamento político

<sup>9</sup> Destaca-se neste ponto também a participação e protagonismo do México na criação da CELAC levando-se em consideração dois interesses: a) reiterar sua identidade latino-americana; e b) reavivar o regionalismo latino-americano e caribenho como um todo para se contrapor ao regionalismo sul-americano (SORIANO, 2012; CARDOSO, 2013).



A posição governista é a que reflete a promoção e a continuidade da participação mexicana na Aliança do Pacífico. Desta forma, o bloco é representado dentro do discurso do governo mexicano como uma grande oportunidade para o desenvolvimento nacional e regional com base em seu modelo de inserção regional pró-comércio. Como forma de ilustrar tal comprometimento, em seu discurso na XI Cúpula da Aliança do Pacífico em Puerto Varas, Chile, o presidente mexicano Henrique Peña Nieto, do Partido Revolucionário Institucional (PRI) declarou que *“la Alianza del Pacífico [...] es una de las integraciones regionales más importantes, más relevantes y más ambiciosas que hay hoy en el mundo”* (GOBIERNO DE LA REPÚBLICA, 2016).

Como forma de avaliar o parecer da oposição mexicana à Aliança do Pacífico, considera-se para a análise dois partidos considerados de esquerda, o Partido da Revolução Democrática (PRD) e o Partido do Trabalho (PT). A expressão política a nível internacional de tais partidos pode ser encontrada nos documentos do Foro de São Paulo, conferência de partidos políticos de esquerda da América Latina criada em 1990, no qual ambos participam. Desta forma, parte-se da análise dos memorandos do Foro como forma de avaliar o posicionamento destes partidos frente à Aliança do Pacífico.

Segundo tais memorandos, a Aliança do Pacífico representa uma nova tentativa de avanço imperialista dos EUA sobre a América Latina, por meio de seu discurso de livre comércio, como ocorreu na promoção da ALCA no início deste século. Assim, a Aliança do Pacífico implicaria na fragmentação dos processos de integração desenvolvidos na América Latina, como a UNASUL e a CELAC, os quais partem de uma plataforma autônoma de integração econômica, política, social e cultural, em contraste com a integração da Aliança do Pacífico atrelada aos interesses hegemônicos (FORO DE SÃO PAULO, 2016, p.39; 2015, p. 13-14, 85-86).

### **Posicionamento empresarial**

Uma das características mais importantes da Aliança do Pacífico é a existência de um Conselho Empresarial, o qual reúne um grupo de empresários de cada membro com o objetivo de debater, recomendar e promover avanços na integração econômico-comercial do bloco. A relevância deste Conselho para a Aliança é tão grande que no documento de constituição este reconhece *“el papel protagónico del sector empresarial privado como el principal actor y operador del proceso de integración y cooperación entre”* seus membros (ALIANZA DEL PACÍFICO, 2012b, p. 1). Dentre os temas de trabalho do Conselho estão: competitividade, homologação e harmonização de normas e regulamentos técnicos, facilitação logística, promoção e apoio às



exportações, integração financeira, facilitação do fluxo de pessoas, conveniência na homologação de normas, dupla tributação e tecnologia de informação e comunicações.

Os membros do Conselho Empresarial são escolhidos a partir do reconhecimento e da representatividade que determinados empresários têm no setor empresarial de seu país. Desta forma, no que se refere aos representantes mexicanos, têm-se sete nomes de grande peso no setor empresarial: Valentín Díez Morodo (líder do Conselho mexicano), Carlos Slim Domit, Francisco del Valle, Luis Robles, Juan Pablo Castañon, Sergio Contreras e Francisco Gonzáles. Díez Morodo foi um dos responsáveis pela expansão da *Telefónica*, *Zara* e *OHL* no México e hoje é membro do *Grupo Financeiro Banamex*, *Zara México*, *Bodegas Vega Sicilia*, *Banco Nacional de Comércio Exterior*, além de ser proprietário do time de futebol *Toluca*. Slim Domit é filho do homem mais rico do México e quarto do mundo, Carlos Slim Helú, sendo presidente do conselho da *America Movil*, *Grupo Carso*, *Grupo Sanborns* e *Telmex*.

Del Valle é presidente da *Elementia* (materiais de construção), diretor do *Grupo Pochteca* (produtos químicos), chefe executivo da *Controladora Gek SAPI*, e diretor da *Kalus AS*, *Mexicana de Servicios para la Vivienda* e *Banco Inmobiliario Mexicano SA*. Robles é presidente do *Grupo Financiero BBVA Bancomer* e da *Associação de Bancos do México*. Castañon é presidente e diretor geral das *Industrias Vepinsa* (biotecnologia), da *Campo J y F*, da *Bienes Raíces Empresariales* e da *Almacenes El Faro de Los Mochis*. Contreras é presidente da seção de Europa do *Conselho Empresarial Mexicano de Comércio Exterior* e da *Latin Capital S.C.* (consultoria ítalo-mexicana). Por fim, Gonzáles já foi embaixador do México na Alemanha e Conselheiro Comercial para a *Bancomext* e hoje é Diretor Geral da *ProMéxico* (entidade governamental responsável pela promoção do comércio e do investimento internacional).

O posicionamento do empresariado mexicano pode ser visto também em uma pesquisa realizada pela *PwC México* (2014) com mais de 120 empresários dos quatro membros da Aliança do Pacífico, onde as expectativas dos mexicanos frente ao bloco apresentam-se da seguinte forma: pouco mais de 50% com expectativas altas, 30% com expectativas baixas e pouco menos de 20% não têm expectativa qualquer. Já referente à pergunta sobre o quão preparada sua empresa está para a Aliança do Pacífico, pouco mais de 20% se diz muito preparada e por volta de 52% se diz moderadamente preparada. Ou seja, percebe-se um otimismo do empresariado mexicano, que pode ser entendido como um reflexo da própria estratégia de inserção regional do México, que por décadas privilegia o livre comércio e a participação deste grupo nas tomadas de decisões do Estado.



## Posicionamento da opinião pública

Primeiramente, entende-se que a mídia, também conhecida como o quarto poder, é um ator de extrema influência na formação da opinião pública. Portanto, como forma de avaliar a opinião pública mexicana frente à Aliança do Pacífico, analisaram-se os editoriais de dois importantes jornais do México, um tido de direita e outro de esquerda, respectivamente: *El Universal* e *La Jornada*. Referente ao *El Universal*, dentre os editoriais publicados entre 02 de junho de 2015 e 18 de setembro de 2016 (disponíveis online) não foi escrito nenhum texto especificamente sobre o bloco.

Contudo, em uma análise dos editoriais que citaram de alguma forma a Aliança ou a América Latina, verificou-se que, enquanto frente ao bloco ou a seus membros não se desenvolveu nenhuma crítica, em relação a outros países latino-americanos e seus líderes houveram diversas críticas, como: à violações de direitos humanos (Venezuela e Cuba), à corrupção (Guatemala, Brasil, Bolívia e Argentina) e ao populismo. Não menos importante, considerando o NAFTA e o TPP como acordos convergentes à Aliança do Pacífico, o discurso frente a estes dois primeiros acordos desenvolve uma avaliação positiva e de grande expectativa com o futuro (como com o potencial asiático), podendo, portanto, criar um paralelo de otimismo à Aliança. (EDITORIAL EL UNIVERSAL, 2016a, 2016b, 2016c, 2016d, 2015a, 2015b, 2015c).

Já dentre os editoriais do *La Jornada* foi possível encontrar um especificamente sobre a Aliança (EDITORIAL LA JORNADA, 2011). Seu título já mostra seu posicionamento frente ao bloco, *Alianza del Pacífico: contraofensiva de la derecha*. Segundo tal editorial, os membros da Aliança, todos de direita e livre-cambistas, estariam indo ao embate com a integração, em suas palavras, soberana e progressista desenvolvida nas últimas décadas na América Latina, tal como o Mercosul.

Além da breve interpretação destes dois periódicos, para uma análise da opinião pública, também é avaliada a postura da sociedade mexicana frente à Aliança do Pacífico e assuntos correlatos com base na obra *México, las Américas y el Mundo (2004-2014): diez años de opinión pública y política exterior*<sup>10</sup>. Nesta pesquisa, a opinião pública mexicana é dividida em duas categorias: a população em geral e os líderes, o que permite verificar algumas diferenças na percepção destes dois grupos.

Primeiramente, de maneira geral, os mexicanos (principalmente os líderes) apoiam a integração econômica e política regional, mas nem tanto social ou institucional, a medida que

---

<sup>10</sup> A margem de erro considerada pela pesquisa é de +/- 2% (MALDONADO et. al., 2014, p. 131).



*Tanto hacia América Latina como hacia América del Norte, más de 60 % del público y 90 % de los líderes apoyaron la construcción de puentes y caminos; la libre circulación de inversiones, de bienes y servicios. Más de 50 % de la población y más de 60 % de los líderes apoyaron la creación de embajadas comunes, de parlamentos regionales y una política exterior común. Las acciones de integración regional con menos apoyo (menores a 50%) fueron: el libre movimiento de personas, una moneda común y operaciones militares conjuntas. (MALDONADO et. al., 2014, p. 20)*

Ou seja, verifica-se um grande apoio a iniciativas de abertura econômica, por meio da assinatura de novos tratados de livre comércio (83% da população e 97% dos líderes apoiam acordos comerciais). Contudo, uma atuação de liderança do México frente à América Latina, por exemplo, não é tão bem vista pela população, a medida que 49% acredita que o Estado mexicano deveria participar da região sem pretender ser líder, e entre os líderes, pouco mais da metade (54%) acredita na liderança mexicana (MALDONADO et. al., 2014, p. 19, 22).

Por fim, mas não menos importante, dentro da escala das instituições mais conhecidas pelos mexicanos, as primeiras são as Nações Unidas (72% da população conhecia o bloco) e o NAFTA (64%). No que se refere aos organismos de conhecimento médio, tem-se o Fundo Monetário Internacional (53%), a Organização dos Estados Americanos (51%), a União Europeia (50%) e a Anistia Internacional (46%). Os blocos regionais latino-americanos, contudo, encontram-se em um nível mais baixo de conhecimento da população, sendo o Mercosul com 38%, a CELAC com 36%, a Aliança do Pacífico em penúltimo lugar com 31% e a ALBA com 29% (MALDONADO et. al., 2014, p. 36).

## **Conclusões**

Apesar de a Aliança do Pacífico ser uma novidade dentro das recentes iniciativas de integração regional na América Latina, o bloco nada mais é do que uma continuação da atuação internacional do México nas últimas décadas. Desde a liberalização de sua economia na década de 1990, o Estado mexicano pautou sua inserção regional e internacional na expansão de suas relações comerciais, por mais que isso pareça contraditório, por serem, todavia, bastante concentradas no mercado estadunidense.

Neste sentido, é importante ressaltar também o interesse mexicano sobre sua reinserção na América do Sul e na busca por melhores condições de integração no mercado pacífico-asiático. Ou seja, a Aliança do Pacífico consegue atender a todos estes interesses nacionais mexicanos. Vale destacar, também, que a



construção da Aliança se deu pela convergência político-econômico-ideológica entre seus membros, a medida que Chile, Colômbia e Peru também valorizam o comércio exterior como ferramenta de desenvolvimento.

Domesticamente, verifica-se a existência de uma oposição a este modelo de desenvolvimento, principalmente, no que tange à dependência aos EUA. No entanto, tal oposição não se reflete de maneira tão incisiva na opinião pública mexicana, seja da população ou do empresariado, como pôde demonstrar o apoio ao livre-comércio. De qualquer forma, é clara a influência e o protagonismo do setor empresarial mexicano na Aliança do Pacífico, o qual apoia e tem uma participação direta dentro do próprio bloco – o Conselho Empresarial.

### Referências bibliográficas

ALIANZA DEL PACÍFICO. Acuerdo Marco. 2012a. Disponível em:

<<https://alianzapacifico.net/?wpdmdl=4464>>. Acesso em: 18 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Constitución del Consejo Empresarial de la Alianza del Pacífico. 2012b. Disponível em:

<https://alianzapacifico.net/?wpdmdl=2153>. Acesso em: 19 set. 2016.

ARANDA. Nuevas configuraciones económicas en el Asia-Pacífico y sus consecuencias para América Latina desde el APEC a la Alianza del Pacífico. DADOS – **Revista de Ciências Sociais**, v. 57, n. 2, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v57n2/a09v57n2.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2016.

ARAÚJO, Lucas. AP VS Mercosul Uma análise histórica sob o ponto de vista econômico e institucional.

**Carta de Economia e Negócios**, v. 2, n. 2, 2015. Disponível em:

<<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/CEN/article/view/6425/4038>>. Acesso em: 18 set. 2016.

ARÉVALO, G. La Alianza Pacífico geopolítica e integración. **Revista Via Iuris**, n. 16, p. 159-172.

Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/2739/273933373009.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2016.

BANGUERA, R. Análisis de la Alianza del Pacífico y su impacto en la región suramericana. 2014. 178 f.

Monografía – Universidad Católica de Santiago de Guayaquil. Guayaquil, 2014. Disponível em:

<<http://repositorio.ucsg.edu.ec/handle/3317/1707>>. Acesso em: 18 set. 2016.

BARTESAGHI, Ignacio. El Mercosur y la Alianza del Pacífico más diferencias que coincidencias. **Revista Mundo Asia Pacífico**, v. 3, n. 1, 2014. Disponível em:

<<http://www19.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2014/14651.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2016.

BERNAL-MEZA, J.; ÂNGULO, L. Comercio y evolución de la Alianza del Pacífico. **Equidad &**

**Desarrollo**, n. 24, 2015. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5262307.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2016.

BERNAL-MEZA, Raúl. Modelos o esquemas de integración en curso en América Latina (UNASUR,

Alianza del Pacífico, ALBA, CELAC): Uma mirada panorâmica. **Instituto Ibero-Americano Fundación**



**Patrimonio Cultural Prusiano**, 2013. Disponível em: <[http://www.iai.spk-berlin.de/fileadmin/dokumentenbibliothek/Ibero-Online/Ibero\\_Online\\_12.pdf](http://www.iai.spk-berlin.de/fileadmin/dokumentenbibliothek/Ibero-Online/Ibero_Online_12.pdf)>. Acesso em: 18 set. 2016.

\_\_\_\_\_. México: treinta años de política exterior. In: **Carta Internacional**, n. 1, v. 2, 2007. Disponível em: <[citrus.uspnet.usp.br/nupri/arquivo.php?id=12](http://citrus.uspnet.usp.br/nupri/arquivo.php?id=12)>. Acesso em: 19 set. 2016.

BILBAO, L.; FLORES, R. México, el MERCOSUR y la Alianza del Pacífico: intereses, identidades y prioridades regionales. **Miríada**, v. 7, n. 11, 2015. Disponível em: <<http://p3.usal.edu.ar/index.php/miriada/article/viewFile/3452/4348>>. Acesso em: 19 set. 2016.

CARDOSO, A. R. México ante el renovado espíritu integracionista en América Latina y el Caribe. **Revista Mexicana de Política Exterior**, n. 97, 2013. Disponível em: <<https://revistadigital.sre.gob.mx/images/stories/numeros/n97/ramos.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2016.

CEPAL. Estadísticas e Indicadores. 2016. Disponível em: <[http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB\\_CEPALSTAT/estadisticasIndicadores.asp?idioma=e](http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB_CEPALSTAT/estadisticasIndicadores.asp?idioma=e)>. Acesso em: 18 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **La Alianza del Pacífico y el Mercosur: hacia la convergencia en la diversidad**. Santiago: CEPAL, 2014. Disponível em: <[http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37304/S1420838\\_es.pdf](http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37304/S1420838_es.pdf)>. Acesso em: 18 set. 2016.

CEPIK, Marco; JORNADA, Helena; BORBA, Pedro. Segurança, política e relações bilaterais com o Brasil. In: DATHEIN, Ricardo. **Parceiros estratégicos para a inserção internacional do Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

CERVO, Amado Luiz. Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília, n. 1, v. 45, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v45n1/a01v45n1.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2016.

EDITORIAL EL UNIVERSAL. Lo que el ‘Brexit’ nos enseña. **Jornal El Universal**, Cidade do México, p. N/A, 24 jun. 2016a. Disponível em: <<http://www.eluniversal.com.mx/entrada-de-opinion/articulo/editorial-el-universal/nacion/2016/06/24/lo-que-el-brexit-nos-ensena>>. Acesso em: 18 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Venezuela: ¿el fin del chavismo?. **Jornal El Universal**, Cidade do México, p. N/A, 15 mai. 2016b. Disponível em: <<http://www.eluniversal.com.mx/entrada-de-opinion/articulo/editorial-el-universal/nacion/politica/2016/05/15/venezuela-el-fin-del>>. Acesso em: 18 set. 2016.

\_\_\_\_\_. El gran pendiente en Latinoamérica. **Jornal El Universal**, Cidade do México, p. N/A, 13 mar. 2016c. Disponível em: <<http://www.eluniversal.com.mx/entrada-de-opinion/articulo/editorial-el-universal/nacion/2016/03/13/el-gran-pendiente-en>>. Acesso em: 18 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Congruencia de Cuba. **Jornal El Universal**, Cidade do México, p. N/A, 21 fev. 2016d. Disponível em: <<http://www.eluniversal.com.mx/entrada-de-opinion/articulo/editorial-el-universal/nacion/2016/02/21/congruencia-de-cuba>>. Acesso em: 18 set. 2016.

\_\_\_\_\_. La nueva gran apuesta de México. **Jornal El Universal**, Cidade do México, p. N/A, 6 out. 2015a. Disponível em: <<http://www.eluniversal.com.mx/entrada-de-opinion/articulo/editorial-el-universal/nacion/2015/10/6/la-nueva-gran-apuesta-de-mexico>>. Acesso em: 18 set. 2016.



\_\_\_\_\_. Sobre el populismo. **Jornal El Universal**, Cidade do México, p. N/A, 03 set. 2015b. Disponível em: <<http://www.eluniversal.com.mx/entrada-de-opinion/articulo/editorial-el-universal/nacion/2015/09/3/sobre-el-populismo>>. Acesso em: 18 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Síntomas de un mundo nuevo. **Jornal El Universal**, Cidade do México, p. N/A, 30 ago. 2015c. Disponível em: <<http://www.eluniversal.com.mx/entrada-de-opinion/articulo/editorial-el-universal/mundo/2015/08/30/sintomas-de-un-mundo-nuevo>>. Acesso em: 18 set. 2016.

EDITORIAL LA JORNADA. Alianza del Pacífico: contraofensiva de la derecha. **Jornal La Jornada**, Cidade do México, p. N/A, 29 abr. 2011. Disponível em: <<http://www.jornada.unam.mx/2011/04/29/edito>>. Acesso em: 18 set. 2016.

ESTÉVEZ, A. **La Alianza del Pacífico: Un largo camino por recorrer hacia la integración**. Wilson Center, 2014. Disponível em: <[https://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/La\\_Alianza\\_del\\_Pacifico\\_Blanco\\_0.pdf](https://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/La_Alianza_del_Pacifico_Blanco_0.pdf)>. Acesso em: 18 set. 2016.

FORO DE SÃO PAULO. Memoria del XXII Encuentro del Foro de São Paulo. 2016. Disponível em: <<http://forodesaopaulo.org/memoria-del-xxii-encuentro-del-foro-de-sao-paulo-san-salvador-el-salvador-2016/>>. Acesso em: 19 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Memoria del XXI Encuentro del Foro de São Paulo. 2015. Disponível em: <<http://forodesaopaulo.org/memoria-del-xxi-encuentro-del-foro-de-sao-paulo-ciudad-de-mexico-df/>>. Acesso em: 19 set. 2015

FOXLEY, A.; MELLER, P. **Alianza del Pacífico: En el proceso de integración latino-americana**. Santiago: CIEPLAN, 2014. Disponível em: <[http://www.kas.de/wf/doc/kas\\_39450-1522-4-30.pdf?141107162130](http://www.kas.de/wf/doc/kas_39450-1522-4-30.pdf?141107162130)>. Acesso em: 18 set. 2016.

GEORGE, S. **The Pacific Pumas**. Nova Iorque: Bertelsmann Foundation, 2014. Disponível em: <[http://www.bfna.org/sites/default/files/publications/The%20Pacific\\_Pumas-Single%20%2813Mar14%29.pdf](http://www.bfna.org/sites/default/files/publications/The%20Pacific_Pumas-Single%20%2813Mar14%29.pdf)>. Acesso em: 18 set. 2016.

GOBIERNO DE LA REPÚBLICA. XI Cumbre de la Alianza del Pacífico – Mensaje a Medios de Comunicación. Vídeo. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TcaUD57EYBc>>. Acesso em: 19 set. 2016.

HERITAGE. Index of Economic Freedom. 2016. Disponível em: <<http://www.heritage.org/index/ranking>>. Acesso em: 18 set. 2016.

HERNÁNDEZ, Maximiliano Gracia. Importancia de EUA y Canadá en el comercio internacional de México a partir del TLCAN. **Revista Académica del CISAN-UNAM**, n. 2, v. 5, 2010. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193719383006>>. Acesso em: 19 set. 2016.

INEGI. Banco de información económica. Cidade do México, 2016. Disponível em: <<http://www.inegi.org.mx/sistemas/bie/>>. Acesso em: 19 set. 2016.

JÍMENEZ, J.. Retos e implicaciones de la integración económica en Asia-Pacífico. **Relaciones Internacionales**, n. 29, 2015. Disponível em: <<http://www.relacionesinternacionales.info/ojs/article/view/594.html>>. Acesso em: 18 set. 2016.



- MALDONADO, E. Desempenho econômico e comércio internacional. In: DATHEIN, Ricardo. **Parceiros estratégicos para a inserção internacional do Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2012.
- MALDONADO ET. AL. **México, las Américas y el Mundo (2004-2014): diez años de opinión pública y política exterior**. Cidade do México: CIDE, 2014. Disponível em: <[http://www.kas.de/wf/doc/kas\\_18299-1442-1-30.pdf?160204025506](http://www.kas.de/wf/doc/kas_18299-1442-1-30.pdf?160204025506)>. Acesso em: 19 set. 2016.
- MENEZES, R. G. La Alianza del Pacífico y la estrategia de integración sudamericana del Brasil. In: ACOSTA, W. S. **Política Internacional e Integración Regional Comparada en América Latina**. São José: FLACSO, 2014. Disponível em: <<http://www.flacso.org/secretaria-general/pol-tica-internacional-e-integraci-n-regional-comparada-am-rica-latina>>. Acesso em: 18 set. 2016.
- MILA. Quiénes Somos. 2016. Disponível em: <<http://www.mercadomila.com/home/resena>>. Acesso em: 18 set. 2016.
- MORALES, Josefina. El desarrollo desigual de México en el TLCAN. In: **Cuadernos de Nuestra América**. La Havana: Ediciones CEA, v. XIX, n. 37-38, 2006.
- MOSTAFA, Joana. México: Paradigma de dependência regional. In: CARDOSO, José Celso; ACIOLY, Luciana; MATIJASCIC, Milko. **Trajetórias recentes de desenvolvimento: estudos de experiências internacionais selecionadas**. Brasília: IPEA, 2009. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Livro\\_TrajetoriasRecentes.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Livro_TrajetoriasRecentes.pdf)>. Acesso em: 19 set. 2016.
- NYE, Joseph S. **Cooperação e Conflito nas Relações Internacionais**. São Paulo: Gente Editora, 2009.
- OLIVEIRA, A. C. AP um estudo da iniciativa de integração produtiva na América Latina. 2015. 229 f. Tese – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.
- ORTIZ, Pablo Chaves. AP: Uma visão do bloco através do modelo gravitacional. 2015. 62 f. Dissertação – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2015.
- PADULA, Raphael. A Geopolítica da Bacia do Pacífico e a integração regional na América do Sul. **ImeaUnila**, v. 1, n. 2, 2013. Disponível em: <<https://revistas.unila.edu.br/index.php/IMEA-UNILA/article/viewFile/180/180>>. Acesso em: 18 set. 2016.
- PWC. **La Alianza del Pacífico: Una nueva era para América Latina**. 2014. Disponível em: <<https://www.pwc.com/mx/es/publicaciones/archivo/2014-10-alianza-pacifico-baja.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2016.
- REGGIARDO, Giulliana. Un nuevo escenario geopolítico en la región latinoamericana la creación de la Alianza del Pacífico (2011-2015). 2015. 90 f. Dissertação – Universidad Andina Simón Bolívar. Quito, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10644/4455>>. Acesso em: 18 set. 2016.
- RUSSEL, Roberto; TOKATLIAN, Juan G. Modelos de política exterior y opciones estratégicas: el caso de América Latina frente a EUA. **Revista CIDOB d'Afers Internacionals**, n. 85-86, 2009. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3040701>>. Acesso em: 19 set. 2016.



SCHWAB, Klaus. **Global Competitiveness Report 2015-2016**. Geneva: World Economic Forum, 2015. Disponível em: <[http://www3.weforum.org/docs/gcr/2015-2016/Global\\_Competitiveness\\_Report\\_2015-2016.pdf](http://www3.weforum.org/docs/gcr/2015-2016/Global_Competitiveness_Report_2015-2016.pdf)>. Acesso em: 18 set. 2016.

SERRANO; GALARRETA. La Alianza del Pacífico en América Latina Contrapeso regional. **Cuadernos sobre Relaciones Internacionales, Regionalismo y Desarrollo**, v. 8, n. 16, jun-dec. 2013. Disponível em: <<http://www19.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2014/14682.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2016.

SORIANO, J. P. Dilma y México altibajos en una relación indispensable para América Latina. **Revista CIDOB d'afers internacionals**, n. 97-98, 2012. Disponível em: <<http://raco.cat/index.php/RevistaCIDOB/article/view/252832>>. Acesso em: 19 set. 2016.

SRE. Países con Tratados y Acuerdos firmados con México. 2016. Disponível em: <<http://www.gob.mx/se/acciones-y-programas/comercio-exterior-paises-con-tratados-y-acuerdos-firmados-con-mexico?state=published>>. Acesso em: 19 set. 2016.

VIANA; GONZALES-PEREZ; RODRÍGUEZ-RÍOS. Evaluación de la justificación económica y política de la Alianza del Pacífico. **ProExport Colombia**, 2013. Disponível em: <[www.tlc.gov.co/descargar.php?id=68684](http://www.tlc.gov.co/descargar.php?id=68684)>. Acesso em: 18 set. 2016.

WORLD BANK. **Doing Business 2016**. 2015. Disponível em: <[http://portugues.doingbusiness.org/~/\\_media/GIAWB/Doing%20Business/Documents/Annual-Reports/English/DB16-Full-Report.pdf](http://portugues.doingbusiness.org/~/_media/GIAWB/Doing%20Business/Documents/Annual-Reports/English/DB16-Full-Report.pdf)>. Acesso em: 18 set. 2016.